

Empresa de Transmissão Mato Grosso S/A - ETEM

Demonstrações contábeis regulatórias

***Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos
Previamente Acordados para Atendimento aos
Despachos ANEEL nº 4.991/11, nº 1.023/13 e Ofício
ANEEL nº 507, Relativo ao Manual de Orientação dos
Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis
Regulatórias – DCR – Resolução ANEEL nº 396/10.***

31 de dezembro de 2012 e 2011

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2012 e 2011

Índice

Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados	1
I - Demonstrações contábeis regulatórias	
Balancos patrimoniais regulatórios	7
Demonstrações do resultado regulatório	8
Notas conciliatórias entre as demonstrações Contábeis societárias e regulatórias.....	9
II - Cópia do termo de responsabilidade.....	
III - Cópia da carta de representação da administração.....	
IV - Programa de trabalho detalhado revisado	

RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS - DCR

Aos Administradores da
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S/A - ETEM
São Paulo - SP

Prezados Senhores

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, Despacho nº 1.023, de 8 de abril de 2013 e complementado pelo Ofício ANEEL nº 421 e 507, de 23 de abril de 2012. Os procedimentos descritos neste relatório estão relacionados à reconciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da **Empresa de Transmissão Mato Grosso S/A - ETEM** ("Companhia"), correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias é obrigatória a partir do exercício de 2011 para fins regulatórios, tanto para a fiscalização do processo de revisão tarifária ordinária/periódica, como para a reversão dos ativos à União, vinculados aos serviços outorgados. No Anexo I estão apresentados os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado societários reconciliados com os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado regulatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.
2. Nossos trabalhos foram realizados de acordo com a NBC TSC 4400, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. A suficiência desses procedimentos é de responsabilidade exclusiva da ANEEL. Consequentemente, não estamos expressando opinião nem concluindo quanto à suficiência dos procedimentos descritos abaixo em relação aos propósitos para o qual este relatório foi solicitado nem para nenhum outro propósito. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de propiciar à ANEEL elementos para validação das demonstrações contábeis regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução ANEEL nº 396/10.
3. Os procedimentos aplicados e nossas observações estão apresentados a seguir:
 - 3.1. Imobilizado
 - 3.1.1. Confrontar as informações de 31 de dezembro de 2012 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável à distribuidora e à transmissora).
 - *Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.*

- 3.1.2. Obter a planilha ou relatório com a movimentação do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores da última revisão tarifária homologada (2º ciclo) pela ANEEL e confrontar os saldos iniciais com a Base de Remuneração homologada, bem como as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável à distribuidora).
- *Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.*
- 3.1.3. Obter a planilha ou o relatório com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31 de dezembro de 2011, e confrontar os saldos e as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias de 2012 com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável à transmissora).
- *Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.*
- 3.1.4. Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação/amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior (procedimento aplicável à distribuidora e à transmissora), com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.
- *Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.*
- 3.1.5. Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório (procedimento aplicável à distribuidora e à transmissora).
- *Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui bens 100% depreciados.*
- 3.1.6. Selecionar as 10 principais adições, por critério de maior valor, e mais 15 adições do imobilizado em serviço de forma aleatória da movimentação ocorrida, para a distribuidora, desde o 2º ciclo de revisão tarifária, ou, para a transmissora, do ano de 2012, e testar as capitalizações (materiais, mão de obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- *Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.*
- 3.1.7. Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório (procedimento aplicável à distribuidora e à transmissora).
- *Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui bens 100% depreciados.*

3.1.8. Selecionar as 10 principais baixas, por critério de maior valor, e mais 15 baixas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para a distribuidora, desde o 2º ciclo de revisão tarifária, ou, para a transmissora, do ano de 2012, e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

- *Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.*

3.1.9. Com base nos itens selecionados no item 6 deste Programa de Trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso, comparando a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro com a data do registro contábil em ativo imobilizado em serviço.

- *Considerando a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro com a data do registro contábil do imobilizado em serviço, o prazo de unitização foi superior a 60 dias, no entanto considerando a data de entrada em operação com a data do registro contábil do imobilizado em serviço a Companhia atendeu o prazo de 60 dias. Adicionalmente verificamos que o montante de R\$ 7.930 ainda encontra-se registrado no imobilizado em curso, conforme demonstrado na nota 4.*

3.2. Obrigações Especiais

3.2.1. Confrontar os saldos das demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2012 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.

- *Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.*

3.2.2. Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores da última revisão tarifária homologada (2º ciclo) pela ANEEL e confrontar os saldos iniciais com a Base de Remuneração homologada, bem como as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.

- *Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.*

3.2.3. Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.

- *Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.*

- 3.2.4. Verificar a autorização da ANEEL para as eventuais baixas de obrigações especiais ocorridas desde a data-base do 2º ciclo de revisão tarifária.
- *Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.*
- 3.2.5. Selecionar as 10 principais adições, por critério de maior valor, e mais 15 adições de forma aleatória da movimentação ocorrida desde o 2º ciclo de revisão tarifária e testar as capitalizações, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- *Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.*
- 3.2.6. Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com os critérios definidos no Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.
- *Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.*
- 3.2.7. Para as empresas de distribuição que passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária de forma provisória durante 2011, confirmar se os valores registrados originalmente nas demonstrações do resultado societários e regulatórios a título de receita de ultrapassagem e potência reativa foram reclassificados para o grupo de obrigações especiais em curso, a partir da data de homologação tarifária provisória.
- *Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.*

3.3. Ativos e passivos regulatórios

CVA e itens financeiros

- 3.3.1. Obter planilha com os saldos de 31 de dezembro de 2011, a movimentação de 2012 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA até a data-base de revisão/reajuste tarifário e a movimentação complementar do ano 2012 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31 de dezembro de 2012.
- *Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.*
- 3.3.2. Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.
- *Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.*

3.3.3. Confrontar as cinco maiores constituições de ativos e passivos regulatórios com documentação comprobatória (o critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

- *Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.*

3.3.4. Conferir se as cinco maiores atualizações monetárias de saldos estão de acordo com as normas previstas pela ANEEL (o critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

- *Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.*

3.3.5. Conferir se as cinco maiores amortizações/realização de ativos e passivos regulatórios estão de acordo com as normas previstas pela ANEEL (o critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

- *Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.*

Diferença entre Tarifa Provisória (Vigente com Base nos Critérios do 3º Ciclo) e Estimativa de Tarifa Definitiva, com Base nos Critérios já Definidos para o 4º Ciclo - Concessionárias com a Data de Revisão Tarifária em 2012

3.3.6. Obter as planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa “pro rata” de tarifa definitiva e confrontar as informações com os saldos constantes das demonstrações contábeis regulatórias.

- *Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.*

3.3.7. Com base nas informações das planilhas obtidas (indicadas no item anterior), testar os cálculos das diferenças entre o praticado pela concessionária e a estimativa “pro rata” de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informações disponibilizadas pela ANEEL.

- *Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.*

3.4. Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado

3.4.1. Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, confrontar as informações dessas demonstrações contábeis societárias publicadas e/ou arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM com as das demonstrações contábeis regulatórias.

- *Nenhuma exceção que pudesse impactar na execução desse procedimento sobre nos saldos das Demonstrações contábeis regulatórias e Demonstrações financeiras societárias.*

3.4.2. Para os saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes da mensuração e movimentação de saldos de 2012.


- *Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.*

4. Considerando que os procedimentos descritos no parágrafo 3 deste relatório não se constituem em um exame de auditoria nem de revisão limitada de demonstrações financeiras societárias ou regulatórias, conduzido de acordo com as normas de auditoria ou de revisão limitada aplicáveis no Brasil, não expressamos opinião sobre nenhuma demonstração financeira societária ou regulatória da Companhia, tomada em conjunto, nem sobre nenhuma das contas contábeis das quais foram extraídas as informações constantes do Anexo I.
5. Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou conduzido um exame de auditoria ou de revisão limitada das demonstrações contábeis societárias e regulatórias de acordo com as normas de auditoria ou de revisão limitada aplicáveis no Brasil, outros assuntos poderiam ter sido identificados e relatados.
6. Este relatório destina-se apenas e exclusivamente à finalidade definida no parágrafo 1 e à informação da Administração da Companhia e da ANEEL, não devendo ser utilizado para nenhum outro propósito nem distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência dos, ou que não tenham concordado com os, procedimentos mencionados no Anexo II, tampouco publicado ou disponibilizado no “site” da Companhia ou da ANEEL. Este relatório está relacionado exclusivamente com a reconciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, cuja obrigatoriedade de apresentação passou a ser exigida a partir de 2011, e não se estende às demonstrações contábeis societárias e regulatórias da Companhia, tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de abril de 2013.

Atenciosamente,

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Balancos patrimoniais regulatórios
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		2.232	1.147
Caixa e equivalentes de caixa		334	20
Investimento de curto prazo		372	198
Concessionárias e permissionárias		849	487
Impostos a recuperar		233	434
Outros ativos		444	8
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		89.144	81.788
Títulos e valores mobiliários		1.931	-
Imobilizado	4	87.213	81.788
ATIVO TOTAL			
		91.376	82.935
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		8.288	47.638
Empréstimos e financiamentos		3.489	45.916
Fornecedores		3.609	1.492
Salários, férias e encargos sociais		72	60
Tributos e contribuições sociais a recolher		137	146
Dividendos a pagar		397	-
Taxas regulamentares		344	-
Outras obrigações		240	24
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		41.390	-
Empréstimos e financiamentos		41.390	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		41.698	35.297
Capital social		41.303	35.201
Reserva de lucro		395	96
PASSIVO TOTAL			
		91.376	82.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações do resultado regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Outras Receitas Vinculadas (transmissão de energia)	5	9.736	482
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL			
Federais		(359)	(43)
ENCARGOS REGULAMENTARES DA CONCESSÃO			
Reserva Global de Reversão		(255)	(12)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(95)	(4)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		9.027	423
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		9.027	423
CUSTOS GERENCIÁVEIS			
Pessoal		(295)	(27)
Administradores		(449)	(23)
Serviço de Terceiros		(896)	(5)
Custo de Construção		-	-
Material		(29)	-
Arrendamentos e Aluguéis		(24)	-
Tributos		(34)	-
Seguros		(4)	-
Outros		(51)	(2)
Doações, contribuições e subvenções		(4)	-
Depreciação		(2.451)	-
Amortização		(1)	-
TOTAL DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		(4.238)	(57)
RESULTADO DA ATIVIDADE DE CONCESSÃO		4.789	366
RESULTADO EXTRA CONCESSÃO		4.789	366
Receita financeira	6	99	6
Despesa financeira	6	(3.878)	(244)
RESULTADO ANTES DO IRPJ / CSLL		1.010	128
Imposto de renda		(196)	(20)
Contribuição social		(118)	(12)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8	696	96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (“Companhia” ou “ETEM”) foi constituída em 14 de julho de 2010 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 9º andar, Bloco I, sala C, Vila Olímpia cidade de São Paulo – SP CEP: 04548-005 e filial localizada na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 3º andar, conjunto 1 sala, 1 Bairro Duque de Caxias, no Município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, CEP: 78049-365 tendo por objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessões de linhas de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2010 - ANEEL, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pelas seguintes linhas: i) linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 130 km, com origem na Subestação Nobres, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá; e ii) circuito simples com extensão aproximada de 105 km, origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação de Nobres localizada no Estado de Mato Grosso, incluindo entradas de linha, interligações de barras, barramentos, reatores de linha, reatores de barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.313 de 26 de junho de 2012 é de R\$ 10.046 para o ciclo de 2012/2013. Para os ciclo de 2011/2012 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 9.568 para a Companhia, excluído PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente, contudo neste momento a Companhia não dispõe de bases confiáveis para efetuar a mensuração destes valores tendo em vista as incertezas decorrentes das condições de uso dos bens na data futura e do seu valor no tempo.

2. Base de preparação e apresentação das informações

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a exceção dos seguimentos dispostos que são conflitantes com as práticas regulatórias:

- ICPC 01 – Contratos de Concessões (IFRIC 12): Esse pronunciamento estabelece que as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado. Nas demonstrações contábeis societárias a Companhia classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias visa atender as determinações do órgão regulador, que é a divulgação de um conjunto de informações que representem a situação econômico-financeira da Companhia, em consonância com o arcabouço legal regulatório.

As demonstrações contábeis regulatórias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações societárias, que contém as informações das notas explicativas adicionais às divulgadas neste relatório, as quais podem ser consultadas no site da Companhia.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

2.3. Práticas contábeis regulatórias – específicas do setor elétrico

Plano de Contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações subsequentes estabelecidas através da Resolução ANEEL n.ºs 473, de 06 de março de 2006, 219, de 11 de abril de 2006, 4.815, de 26 de dezembro de 2008, 370 de 30 de junho de 2009 e 396 de 23 de fevereiro de 2010.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens e instalações em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 474/2012. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997, nº 44 de 17 de março de 1999, nº 367, de 2 de junho de 2009 e nº 474 de 7 de fevereiro de 2012.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e Consumidores em geral, relativos a doações e subvenções para investimento na expansão do serviço público de energia elétrica.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Demonstrações contábeis regulatórias

A companhia apresenta a seguir, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, conforme modelo de demonstrações regulatórias, definido pela ANEEL no despacho nº 4.991 de 29 de dezembro de 2011 e pelo despacho 1.023 de 08 de abril de 2013.

Nota de ajuste	31/12/2012			31/12/2011		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO						
CIRCULANTE						
	12.819	(10.587)	2.232	11.644	(10.497)	1.147
Caixa e equivalentes de caixa	334	-	334	20	-	20
Investimento de curto prazo	372	-	372	198	-	198
Concessionárias e permissionárias	849	-	849	487	-	487
Impostos a recuperar	233	-	233	434	-	434
Ativo financeiro da concessão	10.587	(10.587)	-	10.497	(10.497)	-
Outros ativos	444	-	444	8	-	8
NÃO CIRCULANTE						
	86.970	2.174	89.144	74.270	7.518	81.788
Títulos e valores mobiliários	1.931	-	1.931	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	85.039	(85.039)	-	74.270	(74.270)	-
Imobilizado	4	87.213	87.213	-	81.788	81.788
ATIVO TOTAL						
	99.789	(8.413)	91.376	85.914	(2.979)	82.935
PASSIVO						
CIRCULANTE						
	8.288	-	8.288	47.638	-	47.638
Empréstimos e financiamentos	3.489	-	3.489	45.916	-	45.916
Fornecedores	3.609	-	3.609	1.492	-	1.492
Salários, férias e encargos sociais	72	-	72	60	-	60
Tributos e contribuições sociais a recolher	137	-	137	146	-	146
Dividendos a pagar	397	-	397	-	-	-
Taxas regulamentares	344	-	344	-	-	-
Outras obrigações	240	-	240	24	-	24
NÃO CIRCULANTE						
	41.619	(229)	41.390	86	(86)	-
Empréstimos e financiamentos	41.390	-	41.390	-	-	-
Tributos e contribuições sociais diferido	229	(229)	-	86	(86)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	49.882	(8.184)	41.698	38.190	(2.893)	35.297
Capital social	41.303	-	41.303	35.201	-	35.201
Reserva de lucro	8	(8.184)	395	2.989	(2.893)	96
PASSIVO TOTAL						
	99.789	(8.413)	91.376	85.914	(2.979)	82.935

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

Conta contábil	Descrição	Nota de ajuste	31/12/2012			31/12/2011		
			Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
	RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
611.0X.X.1.03	Outras Receitas Vinculadas (transmissão de energia)	5	20.594	(10.858)	9.736	72.716	(72.234)	482
	DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL							
611.0X.X.1.21	Federais		(359)	-	(359)	(43)	-	(43)
	ENCARGOS REGULAMENTARES DA CONCESSÃO							
611.0X.X.1.31	Reserva Global de Reversão		(255)	-	(255)	(12)	-	(12)
611.0X.X.1.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(38)	-	(38)	(2)	-	(2)
611.0X.X.1.32	Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT		(38)	-	(38)	(1)	-	(1)
611.0X.X.1.32	Ministério de minas e energia - MME		(19)	-	(19)	(1)	-	(1)
	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		19.885	(10.858)	9.027	72.657	(72.234)	423
	RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		19.885	(10.858)	9.027	72.657	(72.234)	423
	CUSTOS GERENCIÁVEIS							
615.0X.X.X.01	Pessoal		(295)	-	(295)	(27)	-	(27)
615.0X.X.X.02	Administradores		(449)	-	(449)	(23)	-	(23)
615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros		(896)	-	(896)	(5)	-	(5)
615.0X.X.X.22	Custo de Construção		(7.876)	7.876	-	(65.803)	65.803	-
615.0X.X.X.11	Material		(29)	-	(29)	-	-	-
615.0X.X.X.91	Arendamentos e Aluguéis		(24)	-	(24)	-	-	-
615.0X.X.X.93	Tributos		(34)	-	(34)	-	-	-
615.0X.X.X.92	Seguros		(4)	-	(4)	-	-	-
615.0X.X.X.99	Outros		(51)	-	(51)	(2)	-	(2)
615.0X.X.X.94	Doações, contribuições e subvenções		(4)	-	(4)	-	-	-
615.0X.X.X.53	Depreciação		-	(2.451)	(2.451)	-	-	-
615.0X.X.X.55	Amortização		-	(1)	(1)	-	-	-
	RESULTADO DA ATIVIDADE DE CONCESSÃO		10.223	(5.434)	4.789	6.797	(6.431)	366
	RESULTADO EXTRACONCESSÃO		10.223	(5.434)	4.789	6.797	(6.431)	366
631 (-) 631.06.1.2	Receita financeira	6	99	-	99	3.161	(3.155)	6
635 (-) 635.06.1.2	Despesa financeira	6	(3.878)	-	(3.878)	(6.572)	6.328	(244)
	RESULTADO ANTES DO IRPJ / CSLL		6.444	(5.434)	1.010	3.386	(3.258)	128
710.0X.1.2.02/4	Imposto de renda	7	(280)	84	(196)	(23)	3	(20)
710.0X.1.2.01/3	Contribuição social	7	(177)	59	(118)	(26)	14	(12)
	LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8	5.987	(5.291)	696	3.337	(3.241)	96

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Ativo imobilizado e intangível regulatório

O saldo do imobilizado e do intangível regulatório, é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Imobilizado em serviço		
Intangível	1.993	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.173	-
Máquinas e equipamentos	76.037	-
Veículos	75	-
Moveis e utensílios	5	-
Subtotal	79.283	-
Imobilizado em curso		
Intangível	-	2.402
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.192	9.710
Máquinas e equipamentos	-	1.134
Veículos	-	83
Moveis e utensílios	-	10
A ratear	3.074	31.699
Estudos e projetos	-	4.069
Material em depósito	493	32.216
Adiantamento a fornecedores	-	465
Depósitos judiciais	171	-
Subtotal	7.930	81.788
Total do imobilizado	87.213	81.788

a) Bens vinculados à concessão:

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação do imobilizado e do intangível regulatório e a depreciação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme segue:

	Em serviço					Em curso	Total
	Intangível	Edificações, obras cívicas e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Em Serviço/Curso							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-	12.330	12.330
Adições	-	-	-	-	-	69.458	69.458
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	81.788	81.788
Adições	-	-	-	-	-	7.876	7.876
Transferências	1.995	1.217	78.430	87	5	(81.734)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.995	1.217	78.430	87	5	7.930	89.664

	Em serviço					Total
	Intangível	Edificações, obras cívicas e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-
Adições	(2)	(44)	(2.393)	(12)	-	(2.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(2)	(44)	(2.393)	(12)	-	(2.451)

5. Receita operacional bruta

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Rede Básica	-	9.736	9.736	-	482	482
Remuneração do ativo de concessão	8.017	(8.017)	-	6.366	(6.366)	-
Receita de infraestrutura	7.876	(7.876)	-	65.803	(65.803)	-
Receita de operação	4.701	(4.701)	-	547	(547)	-
Receita operacional bruta	20.594	(10.858)	9.736	72.716	(72.234)	482

Os ajustes da receita operacional bruta são consequência da adoção do ICPC01 (IFRIC 12) vide Nota 2.

6. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita financeira						
Receita s/aplicações Financeiras	99	-	99	3.161	(3.155)	6
Despesa financeira						
Juros s/empréstimos bancários	(3.878)	-	(3.878)	(6.572)	6.328	(244)
Resultado Financeiro	(3.779)	-	(3.779)	(3.411)	3.173	(238)

A variação no resultado financeiro é decorrente da adoção do ICPC01 / OCPC 05 (IFRIC 12).

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social diferido

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Diferido:						
Imposto de renda	(84)	84	-	(3)	3	-
Contribuição social	(59)	59	-	(14)	14	-
Total	(143)	143	-	(17)	17	-

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC 01.

8. Lucro líquido

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido - Societário	5.987	3.337
Outras receitas vinculadas (transmissão de energia) (Nota 5)	(10.858)	(72.234)
Custo de construção (Nota 3)	7.876	65.803
Depreciação (Nota 4)	(2.451)	-
Amortização (Nota 4)	(1)	-
Receita financeira (Nota 6)	-	(3.155)
Despesa financeira (Nota 6)	-	6.328
Imposto de renda (Nota 7)	84	3
Contribuição social (Nota 7)	59	14
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária vs. Regulatória	(5.291)	(3.241)
Lucro líquido - Regulatório	696	96

Os ajustes do lucro líquido são consequência da adoção do ICPC01 (IFRIC 12) vide Nota 1.